

DIREITOS DAS MULHERES SÃO ALVOS DA EXTREMA DIREITA 8 a 11



PELA
CRIMINALIZAÇÃO
DA
MISOGINIA

Fonasefe cobra do governo federal
criação do auxílio-nutrição **4 e 5**

Movimentos ampliam luta contra
privatização da Saúde **14 e 15**

Em 11 de agosto, comemora-se uma data de fundamental importância para nossa categoria e para as e os educadores (as) brasileiros: o Dia das(dos) Estudantes, razão última de nosso ofício. A data nos convida a refletir sobre o vertiginoso fenômeno de transformação das massas estudantis no Brasil, especialmente no ensino superior.

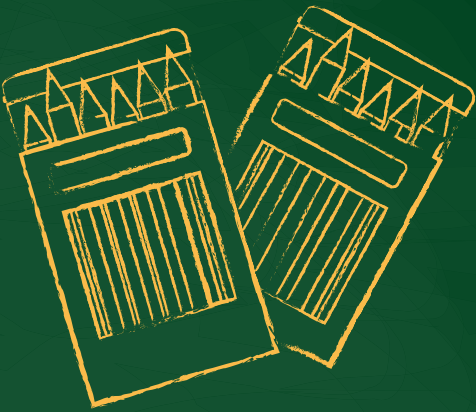
Como resultado da expansão do ensino superior no Brasil nas últimas duas décadas, o país ultrapassou, pela primeira vez em sua história, a marca de 10 milhões de matrículas nesse nível no ano de 2024. Esse processo, contudo, é eivado de contradições que reclamam nossa atenção, embora a concentração da expansão universitária na iniciativa privada, que caracterizou as transformações no ensino superior brasileiro ao longo da década de 1990, tenha sido contrabalançada por um crescimento das instituições públicas, o setor privado continuou dominante na composição total do perfil da educação superior brasileira.

Assim, hoje, 79,8% das matrículas em cursos de nível superior no Brasil estão em instituições privadas (mais de 8,16 milhões). Entre 2014 e 2024, as matrículas nessas instituições cresceram cerca de 39%, enquanto a taxa de matrículas na rede pública expandiu-se apenas 5,3%. Mais grave ainda: cerca de 48,6% do total de matrículas do ensino superior brasileiro está em instituições privadas, mas especificamente na Educação a Distância (EaD), somando mais de 4,97 milhões de estudantes. Em contrapartida, as instituições públicas concentram apenas 20,2% dos estudantes (14,8% presencial - 9,8% nas Ifes e 5% nas Ies, Imes e Ides -, além

de mais de 200 mil matrículas na EaD em instituições públicas). Nota-se, não apenas a mercantilização da educação superior, mas também um forte viés de platformização e precarização generalizadas.

Esse quadro não pode ser separado do processo de desfinanciamento das instituições públicas na última década. Dados do Tribunal de Contas da União (TCU) mostram que, após um ciclo de crescimento dos investimentos por estudante entre 2008 e 2014, seguiu-se uma forte retração. Se tomada a correção de preços pelo IPCA, o custo anu-

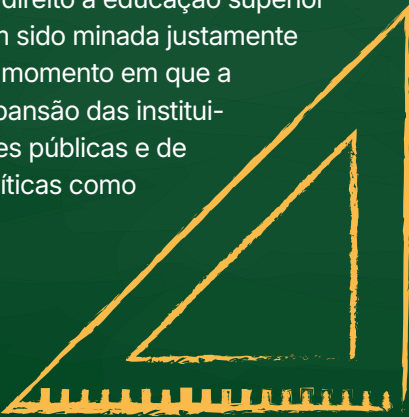
al por estudante em 2014 (R\$22 mil) equivaleria hoje a cerca de R\$40 mil. Contudo, o indicador atual está em torno de R\$27 mil - uma queda de aproximadamente 30 a 35% dos recursos. O resultado é sensível e concreto: diminuição da assistência estudantil, deterioração da infraestrutura, piora das condições de ensino e aprendizagem, menor oferta de bolsas, redução de atividades de pesquisa e extensão e aumento da evasão e do número de vagas ociosas em instituições públicas. A conquista democrática do direito à educação superior tem sido minada justamente no momento em que a expansão das instituições públicas e de políticas como



as cotas buscaram ampliar a pluralidade e a diversidade no ensino superior brasileiro. Que este 11 de agosto possa acender nas e nos estudantes a consciência e a energia necessárias para lutar por um ensino público, gratuito, de qualidade e socialmente referenciado, defendendo o direito à educação e pugnando pela democracia nas nossas instituições, pelo direito ao autogoverno e pela autonomia universitária, com recursos que permitam não apenas o ingresso, mas também a permanência estudantil. O ANDES-SN perfila-se ao lado das e dos estudantes nesta luta!

DIA DO ESTUDANTE

11 de agosto



Expediente

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN

Diretor Responsável:
Diego Ferreira Marques

Edição:
Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Revisão:
Bruna Yunes DRT 9045/DF
Renata Maffezoli

Jornalistas:
Bruna Yunes
Renata Maffezoli

Diagramação e arte final:
Silas William Vieira

Fotos:
Eline Luz/ANDES-SN

imprensa@andes.org.br
andes.org.br

ANDES-SN participa da instalação de GT do MEC sobre democratização das IFE



O ANDES-SN participou, na manhã da última sexta-feira (31), da reunião de instalação do Grupo de Trabalho (GT) para o aprimoramento dos mecanismos de participação e gestão democrática nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). A atividade ocorreu presencialmente, na sede do Ministério da Educação (MEC), em Brasília (DF), no âmbito da Mesa Setorial de Negociação Permanente.

Instituído pela Portaria 549, de 15 de junho de 2026, o GT tem como objetivo elaborar propostas para fortalecer os mecanismos de participação e gestão democrática nas Ifes. A Portaria 614, de 14 de julho deste ano, formalizou a composição dos membros titulares e suplentes do grupo.

O ANDES-SN foi representado pela secretária-geral do Sindicato Nacional, Fernanda Maria Vieira, e pela 1ª vice-presidenta da Regional Planalto, Lívia Santos.

A reunião apresentou as e os inte-

grantes do GT, a metodologia de trabalho e o cronograma de atividades, que será desenvolvido ao longo de 90 dias. O relatório final deverá ser entregue em 20 de outubro para subsidiar novos marcos regulatórios voltados à democratização das Ifes.

Segundo Fernanda Maria Vieira, o encontro definiu as próximas etapas dos trabalhos. As duas primeiras reuniões, em 13 e 27 de agosto, serão virtuais e dedicadas à apresentação, pelas entidades participantes, de diagnósticos sobre a situação da gestão democrática nas instituições e sobre a forma como vêm sendo realizados os processos eleitorais.

Na sequência, serão realizadas três reuniões presenciais, em setembro e outubro, destinadas ao debate de propostas e à elaboração de novos marcos regulatórios.

Para a diretora do ANDES-SN, é fundamental que o cronograma seja cumprido, já que diversas universidades iniciaram seus processos eleitorais sob as regras estabelecidas pela Lei 9.192/1995,

que mantém a composição desigual dos colegiados responsáveis pela escolha de dirigentes, ao estabelecer o mínimo de 70% de representantes do corpo docente.

"O ANDES-SN defende que esse calendário seja cumprido, principalmente porque uma série de universidades já está organizando as suas eleições ainda sob a égide da Lei 9.192, de 1995. A divulgação deste relatório poderá subsidiar essas universidades a já ingressarem sob novas regras, garantindo uma maior democratização das nossas instituições", ressaltou.

Fernanda também avaliou como positiva a iniciativa do MEC em instituir o GT e afirmou que a construção coletiva das propostas poderá contribuir para superar aspectos autoritários ainda presentes na legislação.

"O governo compreendeu que essa produção dialógica, a partir do GT, de discussão sobre o que é uma real e concreta democracia, vai nos permitir superar muitas das permanências autoritárias presentes na Lei 9.192/95. Embora ela tenha representado um avanço em relação ao marco normativo da ditadura empresarial-militar, manteve uma leitura autoritária ao reduzir a importância da participação de estudantes e de técnico administrativos na vida política das nossas universidades", afirmou.

Confira o calendário do GT

- 13 de agosto** – reunião virtual: apresentação dos diagnósticos das entidades;
- 27 de agosto** – reunião virtual: continuidade dos diagnósticos;
- 10 de setembro** – reunião presencial no MEC: debate das propostas;
- 24 de setembro** – reunião presencial no MEC: debate;
- 8 de outubro** – reunião presencial no MEC: debate;
- 20 de outubro** – reunião presencial no MEC: apresentação e entrega do relatório final.

ANDES-SN reforça luta pela criação do auxílio-nutrição

Benefício está na pauta da Jornada de Lutas do Fonasefe, que acontece de 10 a 13 de agosto

A instituição do auxílio-nutrição para aposentadas, aposentados e pensionistas é uma pauta histórica das servidoras e dos servidores públicos federais, especialmente do ANDES-SN. O benefício tem como objetivo compensar a perda do auxílio-alimentação após a aposentadoria e garantir segurança alimentar a esse segmento.

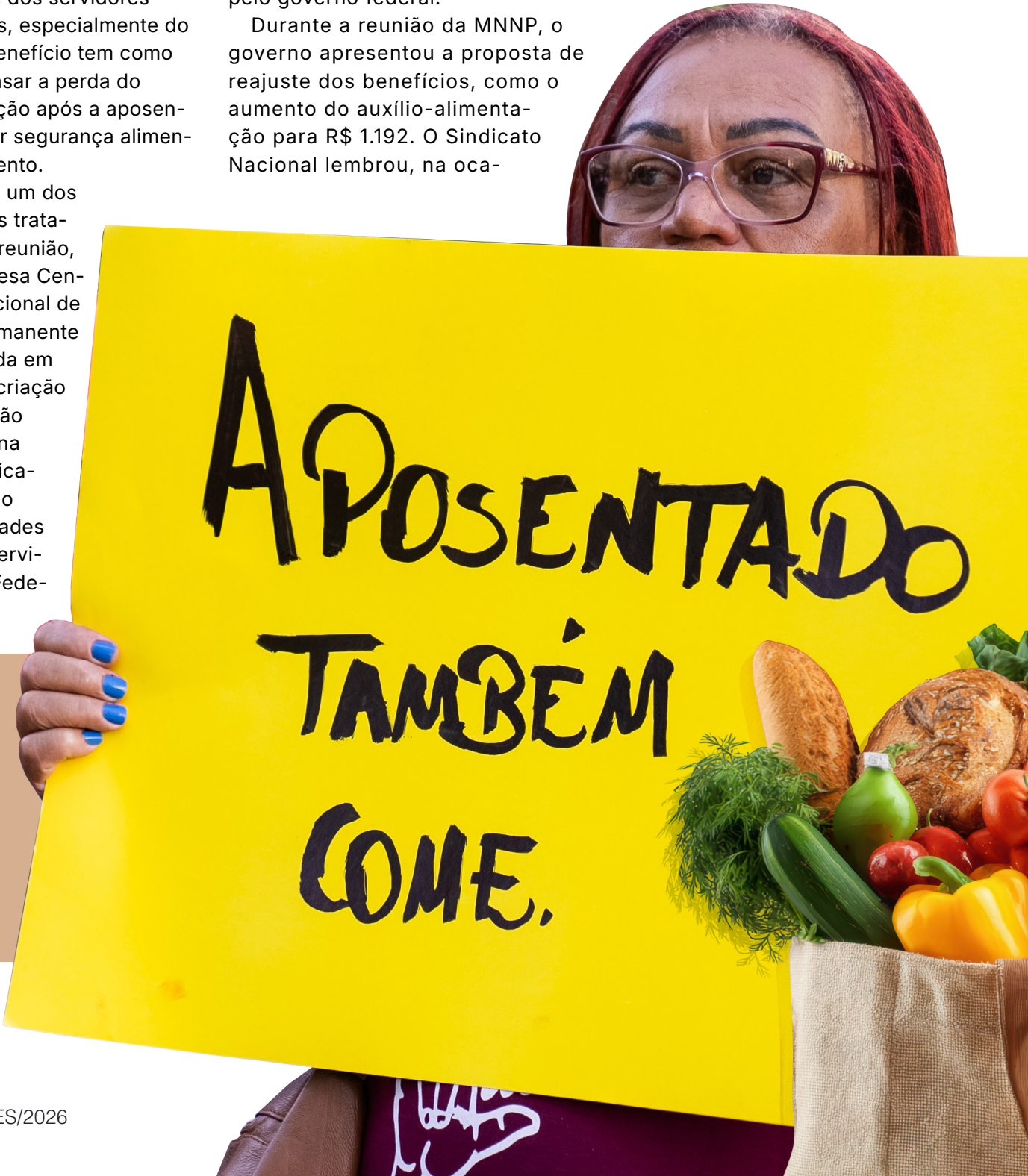
A proposta foi um dos principais pontos tratados na primeira reunião, deste ano, da Mesa Central da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), realizada em 26 de março. A criação do auxílio-nutrição também consta na pauta de reivindicações unificada do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

(Fonasefe) de 2026, protocolada em 30 de janeiro, e está entre os itens econômicos que não foram discutidos nem atendidos em 2025 pelo governo federal.

Durante a reunião da MNNP, o governo apresentou a proposta de reajuste dos benefícios, como o aumento do auxílio-alimentação para R\$ 1.192. O Sindicato Nacional lembrou, na oca-

sião, que o impacto da inflação no custo de vida das aposentadas, dos aposentados e pensionistas não podia ser ignorado, já que essa parcela da categoria segue sem acesso ao benefício.

A 2ª vice-presidenta da Regional Nordeste I do ANDES-SN, Virginia Márcia Viana, destaca que o governo federal sinalizou a realização de estudos para viabilizar a concessão do auxílio-nutrição. A docente reforça que o ANDES-SN e as demais entidades sindicais permanecem em alerta e firmes na luta em defesa da



implementação do benefício.

“Nos processos de organização política das servidoras e dos servidores públicos, dentre eles as e os docentes, um grande desafio sempre foi a defesa da isonomia entre ativos/as e aposentados/as e, na última greve em 2024, reacendeu esse debate sobre o auxílio-nutrição para aposentadas, aposentados e pensionistas como uma estratégia necessária para ampliar a proteção social e fazer valer a isonomia entre esses segmentos no serviço público federal”, afirma.

De acordo com o Boletim de Estatística de Pessoal do Poder Executivo Federal de março de 2026, cerca de 565 mil servidoras e servidores na ativa recebem o auxílio-alimentação. Em contrapartida, mais de 638 mil aposentadas, aposentados e pensionistas não têm acesso ao benefício, ou outro

semelhante, por se tratar de uma verba de natureza indenizatória, não tributável e não incorporável à remuneração.

“Por isso, é imprescindível continuarmos a luta contra a extrema direita e fortalecer as pressões para que o governo federal encaminhe um projeto de lei instituindo o auxílio-nutrição, garanta os recursos necessários na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027, bem como assegure a revogação do limite de reajuste dos benefícios na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2027”, enfatiza a docente, que também é coordenadora do Grupo de Trabalho da Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria do Sindicato Nacional (GTSSA) do ANDES-SN

Jornada do Fonasefe

A criação do auxílio-nutrição para aposentados, aposentadas e pensionistas é um dos temas da Jornada de Lutas do Fonasefe, que acontece entre os dias 10 e 13 de agosto, em Brasília (DF). As e os docentes vão participar da mobilização, que tem o objetivo de pressionar o Congresso Nacional a aprovar, entre outras propostas, o projeto de lei que regulamenta a negociação coletiva no setor público (PL 1893/26).

Além da regulamentação do amplo e irrestrito direito de greve e da Convenção 151 da Organização Interna-

cional do Trabalho (OIT), que constam no PL 1893/26, a mobilização cobrará a recomposição orçamentária das Instituições Federais de Ensino; a correção das perdas salariais, com destinação de recursos orçamentários para a campanha salarial 2027; o reenquadramento e reposicionamento de aposentadas(os); a cessação do pagamento de previdência por aposentadas e aposentados; e o fim da escala 6x1.

ANDES-SN em luta

Em setembro, o ANDES-SN realizará o X Seminário Saúde do/a Trabalhador/a Docente, a IV Jornada de Assuntos de Aposentadoria e a reunião do Grupo de Trabalho Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA). As atividades serão realizadas entre os dias 18 e 22, das 9h às 18h, na sede do Sindicato Nacional, em Brasília (DF).

A realização dos eventos foi aprovada durante o 44º Congresso do ANDES-SN, realizado na Universidade Federal da Bahia (Ufba), em Salvador (BA), entre os dias 2 e 6 de março. A programação completa, com as mesas de debates e atividades, será divulgada posteriormente no site e nas redes sociais do ANDES-SN.



Confira a programação da Jornada de Lutas do Fonasefe:

Dia 10 de agosto

9h – Concentração no Anexo II, Câmara dos Deputados

Dia 11 de agosto

9h – Concentração no Anexo II, Câmara dos Deputados

16h – Audiência Pública “Por que não temos negociação coletiva para os servidores públicos no Brasil?”

(Local a definir)

Dia 12 de agosto

9h – Concentração no Anexo II, Câmara dos Deputados

Dia 13 de agosto

9h – Concentração no Anexo II, Câmara dos Deputados

ANDES-SN debate papel de sindicatos no combate ao racismo e cotas no XIV Copene

O combate ao racismo no movimento sindical, a implementação das políticas de ações afirmativas e os desafios para ampliar a presença de docentes negras e negros nas universidades públicas estiveram no centro dos debates promovidos pelo ANDES-SN, durante o XIV Congresso Nacional de Pesquisadores(as) Negros(as) (Copene), realizado entre 28 e 31 de julho, na Universidade de Brasília (UnB). Além de integrar a programação, o ANDES-SN apoiou política e financeiramente o congresso e incentivou as seções sindicais a viabilizarem a participação de pesquisadoras e pesquisadores negros.

Papel dos sindicatos

Na quarta-feira (29), a mesa "O papel dos sindicatos no combate ao racismo: consciência de classe e a resistência negra" debateu a necessidade de fortalecer estratégias coletivas de enfrentamento ao racismo no ambiente acadêmico, nos sindicatos e em outros espaços da sociedade. Ao compartilhar sua trajetória de quase 40 anos no movimento sindical, Ivanilda Reis, da coordenação-geral da Fasubra, observou os desafios ainda presentes neste espaço, como a sub-representação de pessoas negras em cargos de gestão, os assédios e as dificuldades de acesso à pós-graduação, especialmente para mulheres negras.

Segundo Cláudio Mendonça, presidente do ANDES-SN, o combate ao racismo exige compreender a relação entre capitalismo e a exploração da população negra. Ele reconheceu que

o debate antirracista ainda precisa avançar no sindicato, mas ressaltou o histórico da entidade na defesa das ações afirmativas, desde o Congresso de Salvador, em 2004, até a consolidação do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe para as Questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) e da parceria com o Observatório das Políticas Afirmativas Raciais (Opará). "Um sindicato que reduz sua tarefa à luta salarial, diante de uma classe trabalhadora marcada pelo racismo, machismo e LGBTI+fobia, adota uma lógica rudimentar", disse.

Para Andrea Moraes, secretária de Políticas Étnico-Raciais do Sinasefe, a luta sindical precisa articular classe, raça e gênero. Ela enfatizou que o reconhecimento da identidade negra é fundamental para fortalecer a organização coletiva.

Ao avaliar a atividade, Letícia Nascimento, 2ª vice-presidenta do ANDES-

SN e da coordenação do GTPCEGDS, destacou a importância do debate para fortalecer a atuação das entidades sindicais. "O combate ao racismo é uma pauta central e inadiável para o movimento sindical, pois essa violência estrutural atravessa diretamente a classe trabalhadora", disse.

Ações afirmativas

Na quinta (30), a mesa "Política sindical e luta antirracista na educação superior: a campanha 'Sou Docente Antirracista' e a defesa das ações afirmativas" reuniu representantes do ANDES-SN, do Opará e de órgãos federais. Caroline Lima, 1ª vice-presidenta do ANDES-SN, ressaltou o papel histórico do movimento negro na defesa da democracia e explicou que a luta pelas cotas evoluiu das mobilizações de rua para uma disputa institucional.

A diretora pontuou que o Sindicato passou por um processo de autocrítica, reconhecendo que a luta de classes deve considerar a diversidade da classe trabalhadora, e incorporou as pautas do movimento negro, das mulheres, da população LGBTI+ e das pessoas com deficiência. "A luta de classes é fundamental, mas ela precisa compreender que a classe trabalhadora é diversa", explicou, citando a produção de materiais formativos, como a Cartilha de Combate ao Racismo, e campanhas



como "Sou Docente Antirracista".

Na sequência, Ana Luisa de Araújo, coordenadora do Opará, apresentou um panorama da implementação das cotas no serviço público federal e apontou falhas, como o fracionamento de vagas e a ausência de uma governança eficaz. Também chamou a atenção para a atuação conjunta do Opará com o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério Público Federal (MPF), o ANDES-SN e o Ministério da Igualdade Racial (MIR) para fortalecer o monitoramento da Lei de Cotas. Por fim, defendeu uma governança antirracista baseada na transparência, responsabilização e enfrentamento do racismo institucional para garantir a efetividade da política.

Auditor do TCU, Clemens Santos, destacou que auditorias do órgão identificaram falhas na implementação da Lei de Cotas, especialmente pela falta de dados e de coordenação nacional. Já Marcilene Garcia, do MIR, propôs o aperfeiçoamento das regras para concursos públicos e o fortalecimento dos mecanismos de monitoramento e heteroidentificação.

Onésio Amaral, do MPF, informou que 29 universidades federais já discutem, em parceria com o MPF e o Opará, novos modelos de seleção e reivindicou a reparação das vagas historicamente não preenchidas. Conforme ele, em dez anos de editais analisados, apenas 0,53% das vagas reservadas foram efetivamente ocupadas.

Gracinete de Souza, 2ª vice-presidenta da Regional Nordeste III do ANDES-SN, argumentou que as políticas públicas são resultado da mobilização social e defendeu maior envolvimento das seções sindicais na distribuição das cartilhas e na mobilização da base docente. "Atrás de qualquer política tem uma luta", afirmou.

Jacyara Paiva, 2ª secretária da Regional Leste do ANDES-SN e me-

diadora da mesa, defendeu que as políticas antirracistas exigem mobilização permanente para garantir sua efetividade. "Direitos conquistados precisam ser defendidos cotidianamente para que a igualdade racial deixe de ser uma promessa e se torne uma realidade", ponderou.

Ao avaliar a participação do ANDES-SN no Copene, o presidente do Sindicato Nacional afirmou que, desde 2023, a entidade mantém relação mais próxima com a Associação Brasileira de Pesquisadoras(es) Negras(os), res-

ponsável pela organização do Copene.

"Esse diálogo reafirmou a centralidade da questão racial no movimento sindical e a compreensão de que a luta antirracista é parte indissociável da defesa da educação pública, dos direitos da classe trabalhadora e da transformação social. Não há universidade, instituto federal e cefet democráticos sem a presença cotidiana da população negra", concluiu Cláudio Mendonça.



Extrema direita ameaça direitos das mulheres no Brasil e no mundo

Nunca se esqueça de que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida". A advertência de Simone de Beauvoir ressoa com uma atualidade aterradora no cenário político contemporâneo, onde a democracia brasileira e global parece

ter caminhado de um estado de suspeição para um estado de suspensão. A ascensão de ideolo-

gias fascistas não apenas ameaça paralisar novas conquistas, mas busca ativamente reverter direitos que pareciam consolidados, colocando o gênero no epicentro de uma disputa de poder transnacional.

No Brasil e no mundo, essa ofensiva manifesta-se por meio de uma reação multifacetada que ataca a autonomia reprodutiva, institucionaliza a violência política e, de forma alarmante, volta a questionar o próprio direito das mulheres ao voto. Para a professora Máira Kubík Mano, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), há uma reação organizada aos avanços conquistados no último século.

Segundo a docente, a denominação "antifeminista" passou a ser reivindicada por lideranças femininas da extrema direita para alimentar um imaginário de sociedade conservadora, baseado em valores familistas, o que é fundamental para o projeto político autoritário. Maíra ressalta que essa estratégia é consciente, organizada e necessariamente inter cruzada pelas relações raciais, atingindo de forma mais cruel as mulheres negras.

"Esse discurso legitima a divisão sexual do trabalho e, portanto, a manutenção das mulheres em posições socialmente inferiorizadas, mais mal remuneradas e realizando, de forma gratuita, o trabalho doméstico e de cuidado familiar, elemento crucial da precarização da vida nesta etapa do capitalismo", afirma.

Caroline Lima, 1ª vice-presidenta do ANDES-SN e da coordenação do Grupo de Trabalho Políticas de Classe para as Questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual



(GTPCEGDS), reforça que o fascismo ataca diretamente os direitos fundamentais e a democracia. Conforme a docente, o projeto conservador e antidemocrático utiliza a pauta moral, a defesa da família e dos "bons costumes" como uma plataforma que responsabiliza os movimentos feministas e a população LGBTI+ pelas crises sociais, políticas e econômicas.

"Questionar os direitos das mulheres é uma face perversa desse projeto, e precisamos combatê-lo. Retirar as mulheres da arena política é estratégico para a vitória do fascismo e da sua pauta moral", enfatiza. Caroline Lima pontua que, para o capitalismo, o controle dos corpos femininos é essencial para garantir a reprodução de mão de obra barata.

Um dos sintomas mais nítidos desse retrocesso é o ressurgimento do questionamento ao sufrágio feminino em nichos da extrema direita, impulsionado por influenciadores digitais e figuras políticas conservadoras. A justificativa utilizada por esses grupos é a de que as mulheres seriam "más eleitoras", por supostamente serem guiadas pela emoção em detrimento da razão.

Maíra Kubík identifica esse argumento como herdeiro direto do

pensamento iluminista e da formação ideológica do capitalismo. Ela explica que a separação entre "mulher-natureza" e "homem-cultura" sustenta a crença de que as mulheres seriam biologicamente propensas às atividades privadas, enquanto os homens estariam aptos à esfera pública e à política institucional.

Caroline Lima acrescenta que a extrema direita está tentando responsabilizar as mulheres por futuras derrotas eleitorais e elencou a ocupação dos espaços públicos pelas mulheres como um "problema de Estado". Para a diretora do ANDES-SN, na retórica fascista, se as mulheres estivessem em casa cuidando da família, a violência e as desigualdades diminuiriam.

Por trás desse discurso moralista, oculta-se um projeto neoliberal de desoneração estatal. Ao defender que o voto seja representado pelo "chefe da família", busca-se restaurar uma hierarquia que retira as mulheres da concorrência no mercado de trabalho em tempos de desemprego e crise. Como aponta a docente da UFBA, essa proposta segue o projeto econômico do Estado mínimo, no qual as tarefas de cuidado que deveriam ser fornecidas pelo Estado — como creches, acolhi-

mento de idosos e escolas — ficam, predominantemente, sob responsabilidade gratuita das mulheres.

A ofensiva global contra os direitos reprodutivos serve como outra ponta de lança dessa estratégia. A reversão da decisão Roe contra Wade nos Estados Unidos, em 2022, enviou um sinal de alerta para todo o mundo, influenciando retrocessos, inclusive no Brasil. Maíra recorda que, no território brasileiro, o direito ao aborto nunca foi plenamente garantido. Ela denuncia a dificuldade crescente de acesso até mesmo ao aborto legal, previsto desde 1940, e cita casos de crianças vítimas de estupro impedidas de interromper a gestação.

"Importante bandeira feminista na década de 1970, o direito ao aborto foi recentemente impulsionado na América Latina pela onda dos pañuelos verdes, mas no Brasil vivenciamos a contramão disso, com dificuldades de acesso ao mínimo que já estava definido pelo Código Penal de 1940 e na decisão de 2012 do STF sobre fetos anencéfalos. Há crianças de 10, 11, 12 anos que foram estupradas e não estão conseguindo interromper a gestação como previsto em lei. Assim, temos um cenário de perda de direitos, mas em um

A Conquista do voto feminino e a misoginia histórica

A trajetória do voto feminino no Brasil não foi uma concessão, mas uma conquista obtida sob forte resistência. Em 1891, a primeira Constituição Republicana rejeitou o sufrágio feminino com argumentos de que as mulheres eram "intelectualmente incapazes" e deveriam limitar-se ao espaço doméstico. Parlamentares da época afirmavam que a política tiraria a "santidade" da mulher.

Lideranças como Bertha Lutz, Almerinda Gama e Leolinda Daltro foram fundamentais nessa batalha, enfrentando ridicularizações na imprensa, onde eram chamadas de "mulheres-homens". O direito só foi reconhecido nacionalmente em 1932, inicialmente facultativo e restrito a certas categorias, tornando-se obrigatório apenas em 1946 e plenamente universal com a Constituição de 1988.

Em 2026, com as mulheres representando 53% do eleitorado, os ataques ressurgem de forma "perturbadora". Influenciadores da extrema direita, como Paulo Figueiredo, voltaram a afirmar que "mulher vota estatisticamente mal".

Pesquisadoras como Fernanda Abreu e Cibele Tenório, autora da biografia "Almerinda Gama: a sufragista negra", alertam que esse fenômeno é uma retaliação: quanto mais as mulheres avançam, mais as estruturas patriarcais resistem para tentar barrar a evolução de novos direitos e desestimular a participação política. A luta pelo voto, portanto, não é apenas um fato histórico, mas também uma vigilância contínua contra a inconstitucionalidade e o retrocesso criminoso.

Com informações da Agência Brasil

contexto em que não conseguimos avançar tanto e estamos longe de mudanças estruturais", comenta.

Para a professora, impedir a justiça reprodutiva é uma forma extrema de apropriação material dos corpos de mulheres e crianças. "Isto ocorre tanto pela via da criminalização do aborto em um país onde esta é, evidentemente, uma questão de saúde pública – estima-se que mais de 500 mil interrupções voluntárias de gestação sejam realizadas clandestinamente todos os anos e a maioria de forma insegura, em condições precárias e sem recursos – quanto pela via do genocídio da juventude negra, que impede as mulheres de exercer plenamente a maternidade porque seus filhos têm as vidas ceifadas pela violência, muitas vezes cometida pelo Estado via Polícia Militar", observa.

Nesse cenário de "fascitização social" — conceito que descreve a crise do contrato social, na qual as noções de igualdade e justiça perdem o valor —, a violência política de gênero surge como mais uma imensa barreira física e simbólica. Maíra Kubík define essa violência como uma ferramenta para cercar, silenciar e restringir a presença de mulheres que tensionam as estruturas de poder, como mulheres negras, trans e indígenas.

O feminicídio político de Marielle Franco, em 2018, permanece como o caso mais emblemático e traumático, servindo como uma tentativa de desestimular novas lideranças. A hostilidade no ambiente parlamentar, manifestada por meio de racismo, transfobia e ataques sistemáticos a parlamentares como Erika Hilton e Talíria Petrone, é uma estratégia deliberada de exclusão. "Querem excluir as mulheres negras, trans e indígenas da política institucional porque a presença delas faz diferença, tensiona e transforma", reforça Maíra.

Caroline Lima complementa que o uso da força para silenciar mulheres faz parte de um projeto internacional fascista. "A história, quando

se repete, vem como tragédia. O imperialismo tenta reavivar a Operação Condor, a partir da pauta moral e supremacista branca para colocar fim nas organizações de esquerda e movimentos sociais", observa a diretora do ANDES-SN.

Diante de crises múltiplas — ecológica, de cuidado e de precarização da vida —, o Sindicato Nacional reafirma que a resistência é um imperativo ético e político. Caroline Lima destaca que a entidade tem construído uma atuação sólida em defesa da democracia, compreendendo que ela é indissociável da defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, meninas e pessoas que gestam.

"O ANDES-SN vem construindo o IV Congresso Mundial contra o Neoliberalismo na Educação como espaço

de unidade de ação para combater a extrema direita e seu projeto fascista na América Latina e no mundo. Além disso, compreendendo a necessária defesa da democracia, o Sindicato Nacional vem construindo diversas agendas antimachistas, antirracistas, antiLGBTfóbicas, anticapacitistas e anticapitalistas!", enfatiza.

Para Maíra Kubík Mano, a resistência também exige repensar a própria natureza da democracia representativa. Em suas reflexões, ela resgata o "dilema de Mary Wollstonecraft", apontando que a exclusão feminina, que deveria ser apenas inicial na democracia moderna, tornou-se permanente: as mulheres ainda não ultrapassam 15% das representações



Foto: Mídia Ninja

no Legislativo brasileiro. Ela defende que a radicalização da democracia exige inovações institucionais, que vão além da inclusão em sistemas já excludentes.

A docente da UFBA propõe uma reforma política com listas fechadas e alternância de gênero, financiamento público de campanha e reserva de cadeiras para pessoas negras e indígenas, visando impedir o esvaziamento das cotas por candidaturas "laranjas". "Uma radicalização da democracia precisaria de outras referências que não as suas iniciais, mas sim anticolonialistas, antirracistas e antipatriarcais", pontua.

Embora o momento seja de perdas e ameaças severas, Maíra Kubík ressalta o potencial emancipatório dos movimentos feministas. Para a professora, mobilizações como o "Ni Una Menos" e a "Marea Verde" demonstram que a resistência na América Latina é potente, mas que a expansão de direitos sem uma transformação estrutural da sociedade gera reações violentas que buscam manter o patriarcado de pé.

"O movimento feminista é frequentemente atacado porque tem um enorme potencial emancipatório. Alterar as divisões sexual e racial do

trabalho é alterar o funcionamento do sistema capitalista. Apenas a mobilização popular é capaz de oferecer saída para os ataques aos direitos das mulheres. Mas, diante da extrema direita, precisamos intensificar e aprofundar essas mobilizações para que possamos sair da posição de trincheira, de resistência, e avançar em mais conquistas", afirma.

O movimento de mulheres, para

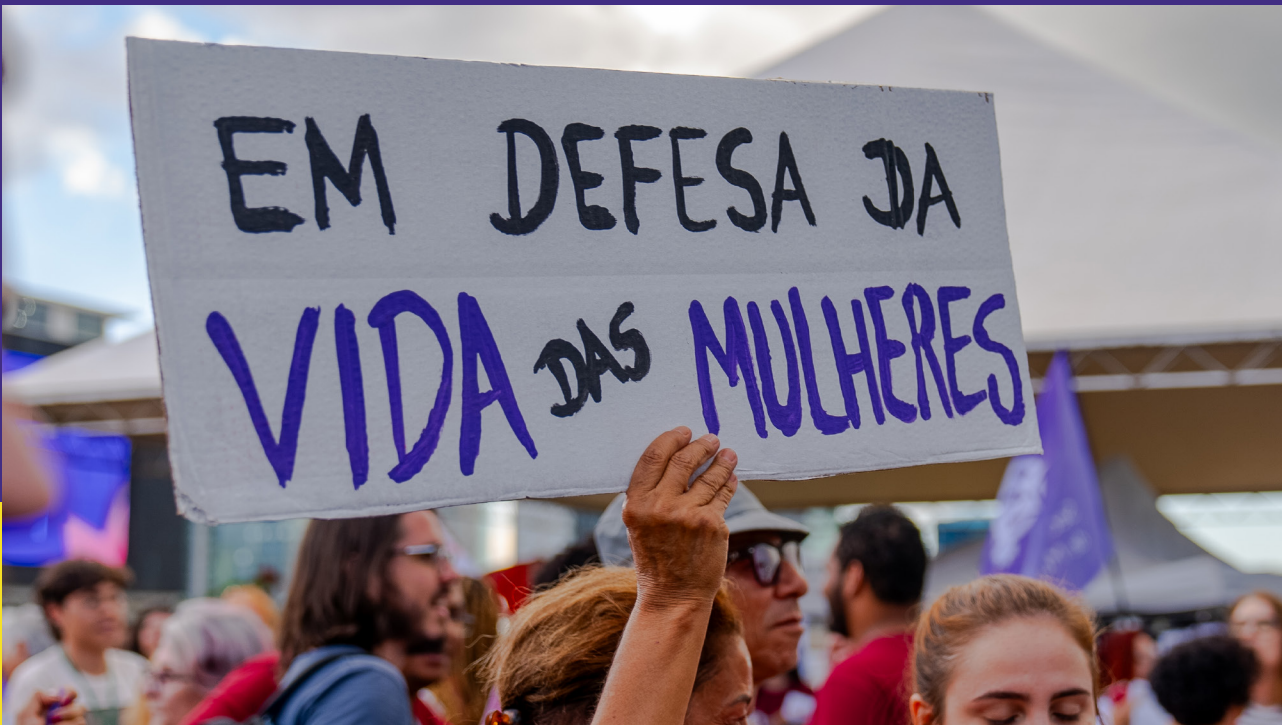
Caroline Lima, é a expressão máxima da resistência anti-imperialista e da defesa da vida diante do projeto de Trump e seus aliados regionais. "O movimento de mulheres e o feminismo disputam politicamente um projeto que tem como base a solidariedade, a irmandade, a defesa da vida das mulheres e isso é revolucionário!", reforça a 1ª vice-presidenta do Sindicato Nacional.

PL da Misoginia

O Projeto de Lei (PL) 896/2023 propõe equiparar a misoginia ao crime de racismo, tornando-a uma conduta inafiançável, imprescritível e punível com dois a cinco anos de reclusão. Essa medida é defendida pelo ANDES-SN e por movimentos sociais como uma resposta urgente à discriminação e ao ódio contra as mulheres.

A proposta busca preencher lacunas de proteção e combater a violência que se intensifica em ambientes digitais por meio da "machosfera" e da cultura *red pill*. Embora o projeto tenha sido aprovado por unanimidade no Senado e possua regime de urgência na Câmara, ele enfrenta forte resistência de setores conservadores e da extrema direita, que tentam esvaziar o texto sob a justificativa de proteger a liberdade de opinião.

Para as entidades que lideram as mobilizações nacionais, criminalizar a misoginia é um passo fundamental para garantir que a segurança das mulheres seja tratada como uma prioridade nacional e para barrar a cadeia de violência que atenta contra a vida feminina.



Turismo pode reforçar desigualdades e violar direitos, alerta docente da UnB

O Brasil foi o quarto país onde o turismo internacional mais cresceu entre 2019 e 2025, registrando aumento de 46% no número de visitantes estrangeiros, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Embora o setor seja frequentemente associado ao lazer e ao desenvolvimento econômico, também pode reproduzir desigualdades e ampliar conflitos territoriais. Em entrevista ao InformANDES, Thiago Melo, docente do curso de Turismo da Universidade de Brasília (UnB), analisa essa relação, comenta a presença de turistas israelenses nas praias brasileiras e defende o papel das universidades públicas na construção de um turismo social e emancipatório.

InformANDES: O turismo pode ser um instrumento de poder e de reprodução das desigualdades globais?

Thiago Melo: O turismo se converteu em um importante dispositivo de reprodução ampliada do capital e do capitalismo contemporâneo. Ele é utilizado para legitimar projetos políticos e econômicos. Um exemplo é a proposta do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de transformar territórios palestinos na Faixa de Gaza em complexos turísticos, proposta que é fruto de um imaginário coletivo acrítico de que o turismo sempre seria positivo, o que não é verdade.

Quem viaja pensa apenas no seu momento de lazer, mas raramente reflete sobre o custo para as populações locais quando seus espaços de

vida viram territórios comerciais.

InformANDES: Como explicar o crescimento do turismo internacional em certas regiões do Brasil?

TM: É um fenômeno multifatorial. A atuação da Embratur [Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo], que cumpre historicamente um papel que foi se reposicionando ao longo do tempo, e o próprio histórico

co dessas localidades definem sua atratividade no mapa de fluxos internacionais.

Também pesa a influência da cultura de massas. Algumas localidades passam a ocupar o imaginário coletivo como destinos desejados e isso direciona grandes fluxos turísticos. Assim, o turismo responde



tanto às características naturais dos lugares quanto às estratégias de promoção e ao consumo induzido.

InformANDES: Como analisar a presença de turistas israelenses em praias brasileiras dentro dessa dinâmica?

TM: É importante compreender o histórico da publicidade brasileira, calcado fortemente no turismo de sol e praia e na estabilidade climática, sobretudo no Nordeste. Por isso mesmo, há muito tempo participa do mapa de fluxos internacionais se tornando um grande atrativo.

O turismo de origem israelense representa pequena parcela das entradas de turistas no Brasil. No entanto, em alguns territórios específicos, especialmente no município de Cairu (BA), onde ficam Morro de São Paulo e Boipeba, essa presença assume grande relevância.

A gênese desse fluxo é incentivada, inclusive pela indústria cultural de

massas, a partir de uma série que ficou bastante famosa em Israel, ambientada em Morro de São Paulo [Malabi Express]. É um público com alto poder de consumo, fazendo com que parte do comércio local adapte serviços, cardápios e práticas para atender esse perfil. Em 2024, mais da metade dos turistas que visitaram o município eram israelenses, demonstrando que, embora pouco expressivo nacionalmente, esse fluxo exerce enorme influência sobre a dinâmica econômica e social daquela região.

InformANDES: Há especificidades nesse fluxo turístico que merecem atenção?

TM: O discurso hegemônico faz parecer que, quanto mais turistas forem para uma determinada localidade, melhor será. Essa é uma consequência bastante perversa da lógica à qual o turismo acaba servindo, que é uma lógica concorrencialista.

Mas o turismo é uma relação social e reproduz formas específicas de sociabilidade. Em Morro de São Paulo, muitos visitantes são jovens israelenses recém-saídos do serviço militar obrigatório, que vêm de um contexto marcado pela guerra e pelo genocídio do povo palestino. Em muitos casos, reproduzem práticas intolerantes nas relações com trabalhadores e moradores locais.

InformANDES: Quais são os limites entre turismo, exploração econômica e respeito aos territórios e populações locais?

TM: O parâmetro deve ser sempre a dignidade humana. Quando interesses econômicos relativizam direitos, o turismo perde qualquer função social positiva. O Brasil reconhece oficialmente o genocídio do povo palestino e é signatário de tratados internacionais

de proteção aos direitos humanos. Ainda assim, muitas vezes, prevalece a lógica do capital, que coloca o consumo acima da dignidade das pessoas.

Em Morro de São Paulo, por exemplo, ainda é comum turistas serem transportados em carriolas [carrinho de mão] puxadas por trabalhadores, em sua maioria jovens negros. Trata-se de uma prática frequentemente naturalizada, mas que remete à herança escravagista brasileira e evidencia formas de precarização do trabalho que precisam ser questionadas. O que para turistas parece apenas uma experiência curiosa representa, para quem trabalha diariamente nessas condições, uma grave violação da dignidade humana, que é de caráter inviolável tanto para a Constituição brasileira quanto para a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

InformANDES: Qual é o papel das universidades públicas na construção de outro modelo de turismo?

TM: As universidades públicas têm papel fundamental na construção de uma epistemologia crítica para o turismo. É preciso produzir conhecimento comprometido com práticas emancipatórias e não apenas com a expansão do mercado turístico. Nesse sentido, o turismo de base comunitária representa uma alternativa concreta. Ele fortalece a autodeterminação dos territórios, preserva a cultura local e coloca a dignidade humana no centro das relações. As universidades vêm ampliando pesquisas voltadas ao fortalecimento dos territórios, em diálogo direto com as comunidades. O desafio é fazer o turismo deixar de ser um mecanismo de reprodução das desigualdades e passar a funcionar como instrumento de promoção da saúde, da justiça social e do fortalecimento territorial.

Clique no QR CODE para assistir à entrevista completa com Thiago Melo.



Frente pauta a urgência da luta contra privatização da Saúde e em defesa do SUS

A defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) público, estatal, universal e gratuito ganha novo fôlego com a realização do 11º Seminário Nacional e do 2º Seminário Internacional da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS), em agosto, sob o tema "A privatização da saúde e as ameaças ao sistema público e estatal: resistência à mercantilização da vida na América Latina e Caribe". O evento, que acontecerá de 12 a 15 de agosto, reforça a pauta histórica do ANDES-SN na defesa da Seguridade Social e convoca docentes, pesquisadoras e pesquisadores, além de movimentos sociais e sindicais, a fortalecer a resistência à lógica de mercadorização da saúde.

Ameaças ao orçamento

Para Fernanda Mendonça, da coordenação do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA) do ANDES-SN, a própria existência de um sistema público e universal já representa um projeto contra-hegemônico diante do avanço neoliberal. "O SUS enfrenta ameaças permanentes que se expressam no financiamento público insuficiente e instável, na privatização e mercantilização da saúde, na precarização da força de trabalho, na fragmentação das redes de atenção, nas desigualdades territoriais e na fragilidade da participação popular", afirma a 1ª vice-presidenta da Regional Sul do ANDES-SN.

Fernanda chama a atenção ainda para um fenômeno recente que agrava este cenário: a interferência do Poder

Legislativo na gestão dos recursos da saúde pública. "Soma-se a esse conjunto de problemas a crescente captura de parcelas significativas do orçamento da saúde pública pelo Poder Legislativo, por meio das emendas parlamentares, muitas vezes orientadas por interesses locais e imediatos, em detrimento do planejamento regional e das necessidades sanitárias da população", denuncia. Desde 1988, aponta a docente, o SUS é submetido a sucessivos processos de restrição e desfinanciamento, ainda que permaneça uma das maiores conquistas sociais do país.

Fiocruz: a privatização "por dentro" do Estado

Um dos casos recentes denunciados pela FNCPS é o "reposicionamento institucional" da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que tramita como minuta de anteprojeto de lei. O professor Antonio Gonçalves, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e integrante da Frente, explica que a proposta segue a lógica já aplicada nos hospitais universitários pela antiga Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), atualmente denominada HU Brasil.

"O que estão querendo fazer é flexibilizar o funcionamento desta fundação [Fiocruz], fazendo uma requalificação do seu papel e permitindo a flexibilização na contratação de serviços e também de pessoal", alerta.

Segundo Antonio, a proposta cria subsidiárias de direito privado que assumiriam atividades hoje realizadas pela própria fundação. "Essas subsidiárias seriam fundações estatais,

mas de direito privado", explica. Isso significaria abandonar a contratação via Regime Jurídico Único (RJU), por exemplo, funcionando dentro da lógica privada, com a possibilidade, inclusive, de terceirização da contratação de trabalhadores e trabalhadoras.

O docente ainda destaca que, além de flexibilizar a contratação de pessoal, essas transformações terão também impacto sobre o controle público. "Tem também a questão de transferir o patrimônio da fundação para essas subsidiárias e, consequentemente, reduzir os mecanismos de controle da administração pública. Isso também aconteceu com a Ebserh, quando todo o patrimônio dos HUs passou para a gestão da empresa", resume.

Gonçalves também denuncia os riscos à autonomia científica da instituição. "Se for transformada em uma entidade de direito privado, a Fiocruz poderá

fazer contratos de gestão, parcerias com sociedades empresariais. Eles alegam que isso irá desburocratizar. [...] Só que, na verdade, irá jogar a fundação dentro da lógica de mercado", afirma. Para ele, o mercado passaria a ditar as prioridades de pesquisa. "Então, o mercado, ao fim e ao cabo, iria pautar quais inovações seriam feitas, quais iriam ser levadas para o Sistema Único de Saúde. E, certamente, outras iriam para o mercado para vender para o SUS, e não uma criação estatal voltada para o SUS. As formas desses contratos de gestão abrem muitas possibilidades", acrescenta.

O docente da UFMA detalha que,

além da luta em defesa da Fiocruz, a FNCPS tem buscado fazer tanto a mobilização quanto a articulação social de fóruns estaduais e municipais de saúde, organização de atos públicos, campanhas em defesa do SUS e contra a privatização da Saúde. Segundo ele, a formação política e acadêmica é outro eixo central, materializado nos seminários nacionais e internacionais, como o de agosto.

O ANDES-SN reforça a necessidade de as seções sindicais enviarem representantes e divulgarem o Seminário. Como aponta Fernanda Mendonça, diante da privatização e da precarização do trabalho, torna-se

fundamental fortalecer alianças capazes de defender o SUS como política pública universal, estatal, integral e socialmente referenciada. A luta pela saúde pública segue indissociável da luta pela educação e pelos direitos sociais: saúde não é mercadoria.

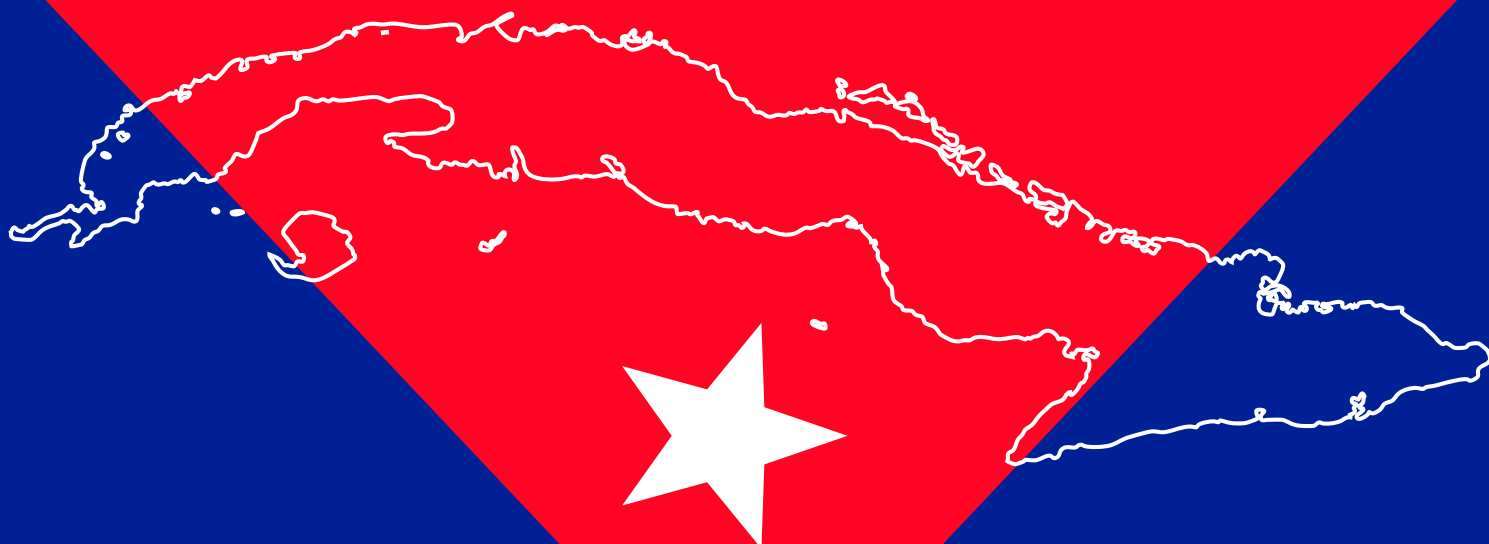
"A defesa do SUS e da Educação Pública constituem dimensões de uma mesma luta em favor dos direitos sociais e do fortalecimento do Estado como garantidor de políticas públicas universais", ressalta a diretora do Sindicato Nacional.



ANDES-SN
NA DEFESA DO
SUS



Internacional



13 de agosto

100 AÑOS
CON FIDEL

Dia de Solidariedade Internacionalista COM CUBA

O 69º Conad do ANDES-SN, realizado em julho em São Luís (MA), deliberou pela construção do Dia de Solidariedade Internacionalista com Cuba. Essa decisão intensifica as políticas de apoio e

solidariedade à Cuba que já haviam sido aprovadas pela categoria no 68º Conad, ocorrido em 2025, e no 44º Congresso, no início de 2026.

A mobilização visa reafirmar a solida-

riedade internacionalista à luta do povo cubano e enfrentar o bloqueio e as agressões imperialistas, especialmente dos Estados Unidos, que ameaçam a soberania dos povos da América Latina.